



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OSASCO

Lei Municipal 3.411 - Alterado pela Lei Municipal 3.778/03

REUNIÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2023

No dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, às nove horas estiveram reunidos no Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Prof.^a Águeda Thereza Binotti Pires, os conselheiros: Vera Lucia Navas Hammoud, Debora Meyrise Nascimento do Amaral Ferreira, Juliana Gomes Curvelo, Meire dos Santos Barreto, Aton Rodrigo Alves de Souza Santos, Emylly Samila Medeiros, Zélia Lucas Patrício, Marcia Tavares do Nascimento, Francisca Vanilda Ferreira dos Santos. Como ouvintes: a Sr^a Angela Bigardi, Angela C.F. Rodrigues, Paula Pazetto e Marcos A. Roque. Iniciou-se a reunião do Conselho Municipal de Educação, presidida pelo sr Aton que começou lendo a ata anterior para aprovação dos membros do conselho; com algumas alterações e correções de dados a ata foi aprovada. Logo após, o presidente fez a leitura do ofício recebido pela CONAE com a divulgação dos delegados eleitos da cidade de Osasco para a etapa Nacional, a realizar-se em Brasília/DF, nos dias 28, 29, 30 e 31 de janeiro de dois mil e vinte e quatro. Osasco contará com cinco delegados que representarão a cidade, três titulares: Juliana Gomes Curvelo representando o segmento mãe de aluna, Renato Carlos no segmento escola particular e Flávia Mey representando o segmento estudante; e dois suplentes: Aton pelo segmento conselho e Zélia no segmento professora. Em seguida passou-se para o segundo ponto da ata que era sobre Avaliação de desempenho dos professores da rede municipal de ensino de Osasco. O presidente Aton disse que há muitos questionamentos sobre os critérios dessa avaliação. A conselheira Zélia apontou alguns casos em que são descontados na avaliação de desempenho, que são: licença-médica e participação de evento, sendo que, no caso deste último, apenas a festa junina está no calendário. A conselheira Vera explicou que a participação de outros eventos, além da festa junina, agrega pontos pela participação e não desconto. A conselheira Márcia falou sobre a punição das professoras e professores que esses critérios de avaliação apresentam. Os professores estão sempre colaborando com as escolas, com cargas suplementares e as entidades não estão considerando as condições do dia-a-dia, os PEBI estão sobrecarregados; estão doentes e perder pontos na avaliação cria cada vez mais ranço nos professores. Sugeriu que o Conselho faça ofício e aponte ajustes nesta avaliação sobre os protocolos e também faça um abaixo-assinado para entregar ao prefeito para que ocorra essa mudança dos protocolos. A conselheira Meire comentou sobre a parte administrativa, do registro dessas faltas; no sistema não há como refazer os apontamentos; por exemplo, para apontar abonadas tem problemas de conexão, falta de internet, de computador, de tempo hábil devido ao atendimento



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OSASCO

Lei Municipal 3.411 - Alterado pela Lei Municipal 3.778/03

à demanda da secretaria. A conselheira Juliana sugeriu que o abaixo-assinado especifique a retirada do parágrafo de descontos nos protocolos, no Estatuto do magistério. A conselheira Vera argumentou que a bonificação é um benefício para quem não faltar, se não for para ter critérios, não faz sentido a bonificação; por isso foi criada a avaliação de desempenho. A ouvinte Paula pediu licença e se apresentou, ela é membro do Instituto SAPO, liderado por mulheres e gostaria que fosse criada uma vaga oficial no conselho. Ela despediu-se do grupo e falou que gostou muito de participar. Depois desse ponto passou-se a discutir a Violência ocorrida com a professora no evento de Natal municipal. A conselheira Zélia iniciou o tema contando o ocorrido: no último quinze de novembro, professores independentes fizeram manifestação sobre o pagamento do difícil acesso, ganho em processo no Ministério Público. A manifestação era bem pacífica e dava visibilidade ao direito do pagamento em questão. Vários secretários que estavam na rua participando do evento da prefeitura pediram para retirar as faixas e cartazes, pois, o prefeito iria recebê-las. Neste momento a carreta de natal passou com o prefeito e o secretário Cláudio Monteiro agrediu uma professora. Agora estão invertendo a situação como se fosse o secretário que tivesse sido agredido. A vereadora Juliana levou para a Câmara Municipal este acontecimento, pois também estava com as professoras na manifestação. Alguns vereadores chegaram a chamar as professoras de “baderneiras”. Ninguém soltou uma nota de apoio, nem vereadores, nem entidades; somente a Vereadora Juliana juntamente com a deputada Sâmia Bomfim publicaram nota de apoio. A conselheira Juliana contou que acompanhou o caso, que estava na manifestação, chamaram inclusive a polícia e fizeram B.O. sobre o ocorrido, mas a chuva dispersou o grupo de manifestantes. Ela contou que, enquanto vereadora pediu reunião para o dia dezesseis de novembro com a prefeitura e também levou o caso para sessão na Câmara e comissão de educação. O vídeo do ocorrido foi apresentado na comissão e gerou bastante desconforto; inclusive como se fosse apenas uma criação de um fato político e não houve nenhum encaminhamento por parte da comissão. Na sessão da Câmara, quando apresentou o fato, houve uma ofensiva por parte de alguns vereadores. No dia vinte e um de novembro as professoras marcaram presença na sessão da Câmara, exigindo respeito e confirmando seu direito de se manifestar e receber o difícil acesso. A reunião com o prefeito aconteceu com a presença dos sindicatos SINTRASP e APOS e a Procuradoria do Município. Os temas abordados na reunião foram o recebimento do difícil acesso e a agressão ocorrida na manifestação das professoras. Sobre o pagamento do difícil acesso, o prefeito se comprometeu juntamente com os sindicatos a concretizar o pedido. Sobre a violência foi feito um pedido de posicionamento sobre a ação do secretário e a professora Dani relatou sobre a violência sofrida no dia da manifestação dos professores. A conselheira Juliana reafirmou ainda que não foi feito ato político, que ela, enquanto vereadora,



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OSASCO

Lei Municipal 3.411 - Alterado pela Lei Municipal 3.778/03

foi convidada a participar da manifestação para fortalecer o ato. A conselheira Márcia disse que há muita falta de vontade política, principalmente porque o pagamento do difícil acesso é uma causa ganha no Ministério Público, e que se cumpra o ganho na justiça. A conselheira Juliana explicou ainda que o sindicato SINTRASP tem que apontar o pedido para todos os servidores, visto que foi uma causa ganha através do sindicato. O SINTRASP tem que apontar para que não vire precatório o pagamento da causa ganha a respeito do difícil acesso. A conselheira Márcia questionou ainda se o Ministério Público deu devolutiva sobre a subvenção..., mas ninguém soube responder. A conselheira Juliana explicou que já fez, enquanto vereadora, várias indicações e reuniões com os secretários Cláudio Piteri e Toste sobre o dinheiro direto na escola; relatando como exemplo o caso da escola João Campestrini sobre os problemas de infiltrações, vazamentos de água, ventiladores insuficientes e parque interditado; o que poderia ser resolvido mais rapidamente se a escola dispusesse de verba direto na escola para resolver esses problemas urgentes; é isso é o caso de muitas escolas; tem que ficar aguardando a fila de atendimentos da secretaria de obras para resolver, mesmo que sejam problemas urgentes. A conselheira Emily relatou que as escolas estão com muitas dificuldades para receber subvenção, tem critérios muito difíceis e vários fatores estão ocasionando o não recebimento. A conselheira Juliana disse que na comissão de educação a vereadora Ana Paula fez levantamento de escolas com irregularidades. **QUAIS FORAM OS ENCAMINHAMENTOS?** Por fim deu-se por encerrada a reunião e eu Juliana Gomes Curvelo lavrei a ata